

**GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação****SEXUALIDADES E GÊNERO: PARADIGMAS E LIMITES EDUCACIONAIS PARA  
A ESCOLA**

Selma Reis Magalhães (UCSAL)

**INTRODUÇÃO**

Hoje, insurgem discussões, seja no senso comum ou no mundo acadêmico, das diversas sexualidades presentes na sociedade que diferem das normas estabelecidas pelas relações heteronormativas. De acordo com Castro<sup>1</sup>, na literatura a vivência e os sentidos sobre sexualidades são codificados por perspectivas de gênero e construções sociais do ser homem e mulher; codificações culturais que configuram aprendizagens, práticas e representações diversificadas, tendendo a assimetrias de poder nas relações sociais entre os sexos. Pautado também nos estudos de Foucault (2003), os limites para a compreensão sobre sexualidades são inerentes ao gênero e aos sexos e suas implicações quanto às categorias sobre corpos e os papéis que incorporam marcas históricas de ideologias e poder.

São identidades formadas por um construto instável, mutável e volátil, numa relação contraditória e não finalizada. Pode-se afirmar que são construções a partir de um conjunto de referências de identificação que cristalizam ou remodelam o indivíduo dentro de um sistema de representações. “[...] A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo.” (SILVA, 1999, p. 96-97).

É fácil observar que o homem moderno vive dramas profundos de identidade sexual. A sociedade, ainda, se escandaliza e reage chocada quando os sujeitos fogem as classificações

---

<sup>1</sup> Palestra proferida no seminário internacional “Enlaçando Sexualidades”, no dia 29 de maio de 2009, artigo a ser publicado pela editora Garamond.

sexuais do macho e da fêmea; muitos discursos são retroalimentados pelos elementos anatômicos e biológicos, por isso, aqueles que fogem à regra são rotulados patológicos ou pervertidos. A sociedade vê as sexualidades através de mecanismos fisiológicos e ligados à função reprodutiva dos sexos, entretanto, a mesma compõe-se de gamas de símbolos que diferenciam comportamentos, por conseguinte geram tensões, que respondem às expectativas culturais, por fim constroem os papéis sociais.

## **METODOLOGIA**

A sexualidade aborda questões relacionadas sexo, saúde, doença e gêneros. São partes dinâmicas que as sociedades, nas suas estruturas culturais, procuram explicações, estabelecem normas e regras de comportamento. Por ser um processo de caráter histórico e social, parte de uma totalidade estrutural, além de conter determinantes biológicos e afetivos particulares.

A pesquisa não apontou outro caminho senão uma abordagem de natureza qualitativa, com o intuito de perceber as particularidades do universo escolar, captar os significados produzidos nos discursos das ações humanas sobre sexualidades. Para Martinelli (1999, p.115), “a pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados”.

No mundo das ações humanas, existem situações não percebíveis ou captadas pelas estatísticas, assim a natureza qualitativa, aprofunda no mundo das significações as ações e relações humanas (MINAYO, 2010), Reconhecer mudanças no modo de abordar a sexualidade na sociedade ocidental contemporânea não implica endossar à ideia de uma total transformação nos padrões de comportamento condicionada às demarcações sociais e culturais, principalmente no que diz respeito às diferenças sexuais. Entre as várias vertentes sobre sexualidade é importante compreender a pluralidade que traz nas suas entranhas.

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se pesquisa bibliográfica com intuito de identificar elementos qualitativos sobre a problemática, e como se organizam e modelam os sujeitos envolvidos na ação. Segundo Gil (2008, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.” Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema proposto. Falar de gênero e sexualidades na escola e os limites educacionais os autores que fundamentam a problemática, então dentro de um referencial crítico-dialético, por que não reflexivo, sobre a legitimação no ambiente escolar, as representatividades e

intervenções nos diversos campos sociais. No jogo dialético de conceitos a escola transforma-se num espaço a ser conquistado.

Para discutir o tema foi feita uma seleção criteriosa pertinente ao problema em debate, na busca de familiarizar os textos, identificar autores, ideias e teses. Como se pode perceber, o estudo sobre sexualidades e gênero provoca um conflito de reflexões e teorizações no que tange a nomeação do corpo macho ou fêmea, para os papéis masculinos ou femininos. Inscreve-se nele, as marcar e as normas que devem ser seguidos tais papéis. É um processo sutil, constitutivo e minunciosamente trabalhado pelas instituições sociais, principalmente a família e a escola.

### **ESCOLA: LIMITES EDUCACIONAIS SOBRE SEXUALIDADES E GÊNERO**

A escola, como instituição social, não se furta a vivência desse paradigma, quando estabelece conjunto de normas e regras nos seus regimentos; delimita espaços complexos das relações. Souza (1997), afirma que no que tange a sexualidade, a escola precisa ser vista não como o espaço da arte erótica, mas da ciência da sexualidade. As informações, nela contidas sobre sexo, se dão por meio de manuais de educação sexual, logo, fica restrito na fisiologia do aparelho genital. Na concepção de Louro (2010), os papéis de gênero são redutores e simplistas, ficando de fora a análise das múltiplas formas de masculinidade e feminilidade e as complexas redes de poder que através de instituições constituem hierarquia entre os gêneros.

O modelo de masculinidade, por exemplo, a ser seguido apoia-se nas funções reprodutivas da sua genitália, delineado comumente pelo discurso “homem de verdade”. Almeida (1996, p.2) coloca que a “masculinidade e feminilidade são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres”. A masculinidade hegemônica é um consenso vivido e as subordinadas não são versões excluídas, elas existem na medida em que estão contidas na hegemonia, são o “perigo” ou os efeitos perversos desta.

Cabe aqui destacar Butler (2008; 2010), quando considera arbitrária a distinção sexo/gênero, por considerar a natureza uma construção, onde o próprio sexo não é natural, ou seja, ambos são aspectos criados pelo cultural. Louro (2010), complementando a citada autora, trabalha sexualidade e gênero ligados à natureza, mas não os reduz a ela, pois a própria natureza é uma construção histórica e social. O natural, entretanto, acontece pela linguagem, pelas representações e modifica-se historicamente. Em relação à sexualidade, a

escola naturaliza os sexos como verdades biológicas que definem as diferenças de comportamentos entre seus membros.

A anatomia do corpo atravessa de maneira sutil as disposições físicas e os sujeitos nela constituem suas identidades, sem que para isso se atente para escolha sexual, comportamento e desejo. Até os anos 90 a ordem social determinava a escola acatar o pressuposto da normalização heterossexista, e outras formas de manifestação e práticas sexuais eram compreendidas como “anormais”, estavam inclusas nos estudos sobre sexualidade não hegemônica. Segundo Butler (2008) “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (BUTLER, 2008, p.25)

Os pressupostos teóricos de estudos sobre gênero e educação se apresentam de forma importante para compreender, através da educação escolar, as centralidades e mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo sexual para a organização da vida social, com atenta crítica a uma política do conhecimento e da diferença, considerando as práticas e conhecimentos variados que organizam a sociedade como um todo, incluindo a sexualidade dos corpos, desejos, identidades e relações. Para Louro (2010), na educação escolar é preciso compreender o gênero como “constituente da identidade dos sujeitos”. É preciso se pensar as desigualdades entre homens e mulheres de modo plural, através de corpos que produzem diferentes “posições de sujeito”. Nessa relação é preciso perceber como as redes de poder que envolvem os sujeitos - as instituições, símbolos, códigos, discursos - serão examinadas.

Nota-se que nos estudos de Louro (1988; 2000; 2007;2010) as identidades são múltiplas e plurais e nos ajuda a compreender como as práticas educativas são “generificadas” às questões sexuais, e como elas possibilitam criança e jovens se reconhecerem como pertencente aos gêneros singulares, com base nas relações sociais e culturais que se estabelecem a partir do seu nascimento. Possibilita, assim como em outros campos de estudos, a utilizar a escola como parâmetro, no sentido de “entender os padrões de comportamento e constelação de ideias compartilhadas por homens e mulheres que nela vivem.” (COSTA; HESSEL; SOMMER, 2003, p. 38, apud BARROS; RIBEIRO, 2010). Percebê-la, portanto, enquanto espaço de representações de gênero, sexualidade e corpo.

Os sujeitos masculinos são educados para obrigatoriamente serem heterossexuais. Autores como Junqueira e Louro(2010) evidenciam que nas escolas, os processos pedagógicos e curriculares, produzem e alimentam a homofobia, especialmente entre meninos e rapazes, solicitando que estes deem mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade. As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas (não

raro, acionadas como recurso didático) constituem-se poderosos mecanismos heteroreguladores de objetivação, silenciamento (de conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade, são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam "marcados" como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar.

Tais colocações atentam para as considerações de Bourdieu (1999) quando aponta o mundo social como construtor do corpo por meio de um trabalho permanente de formação. Imprime nele um programa de percepção, de apreciação e de ação, onde as diferenças socialmente construídas acabam sendo consideradas naturais e inscritas no biológico legitimador de uma relação de dominação. Os sistemas escolares não apenas refletem a ideologia sexual dominante da sociedade, mas também produzem ativamente uma cadeia de masculinidade e feminilidade uniformes e hierárquicas pautadas nas diferenças de sexo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1996), documentos propostos pelo Ministério da Educação (MEC), tornam-se outro subsídio importante de análise, quando através do tema transversal orientação sexual exclui questões de desejo, afetividade e sexualidades. A sexualidade é descrita sob o ponto de vista biológico e atrelada às funções hormonais. Neles, estão inscritos um conjunto de signos criados no mundo social condicionado a papéis e comportamentos adequados aos fatores determinantes heterossexuais.

Assim, os educadores, representantes do mundo adulto, reagem de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz na região genital e aos jogos sexuais com outras crianças. As crianças recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou “julgamento” do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças atribuídos à sua busca de prazer, os quais estarão presentes na sua vida psíquica. (BRASIL, 1996, p. 296).

Mas a de se considerar que a escola vem avançando nos últimos anos na discussão sobre sexualidade, apesar, de serem questões ligadas à gravidez na adolescência e respeito aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS). Nota-se pouco avanço sobre condições sexuais vividas pelos estudantes, pais e pelos próprios educadores, no que diz respeito à homossexualidade, bissexual, teoria *queer*. Nessa questão é evidente a vulnerabilidade da população escolar de trabalhar com tais problemáticas. Pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, sobre juventude e sexualidade (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004), aponta que

estudantes, pais e educadores não apenas silenciam frente à discriminação de homossexuais, como colaboram ativamente na reprodução da violência. Cada um carrega dentro de si preconceitos, valores, medos e tabus.

Para compreender o silenciamento frente à discriminação aos homossexuais nas escolas, é preciso primeiro compreender como são estabelecidos os relacionamentos interpessoais e como ocorrem dentro de um estilo hierárquico que condiciona funções biológicas do homem e da mulher para os papéis de gênero. A escola é disciplinar, portanto, não consegue enquadrar os homossexuais em nenhum dos papéis de gênero, muito menos os bissexuais.

O poder disciplinar na escola não coage a presença de indivíduos homossexuais, mas conduz a comportamentos socialmente aceitos pelo e imposto pelo grupo dominante - Heterossexual. Assim, na escola como nas demais instituições disciplinares, entre elas a família, os supostos “desvios” tendem a ser corrigidos através de micro penalidades, ou seja, de exercícios intensificados e repetidos ou de gratificações (GUIMARÃES, 2003). Antes de se tornar um elemento equalizador de oportunidades para a vida social, a educação escolar torna-se um círculo de interesses dos grupos que controlam a totalidade da vida social, transformando-se em poderoso instrumento de diferenciação e de legitimação das diferenças. O corpo, nesse processo, entra na “mecânica do poder”, que “o enquadrinha, o desarticula e o recompõe”. (FOUCAULT, 2009, p. 119)

O silenciamento também pode ser traduzido como despreparo na formação acadêmica, ou por valores morais e religiosos implícito nos educadores. É notório que os licenciados e pedagogos, aos saírem das universidades não tiveram matérias curriculares vinculadas às problemáticas sexualidades e educação; depois pela força da religião, os educadores abstraem temas considerados polêmicos e contra os princípios morais, como o aborto, a virgindade, entre outros, reconhecendo o homossexual como excêntrico e patológico. A lógica do masculino/feminino heterossexual dominante opondo-se ao masculino/feminino homossexual dominado classifica, hierarquiza e exclui os sujeitos na dinâmica social.

Por outro lado Castro, Abramovay e Silva (2004) afirmam que o debate contemporâneo a respeito da sexualidade na escola tem se buscado orientar pela visão higienista, que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, delegando a um único professor, o de ciências, o que consideram o “saber competente”. O estudo do corpo é delegado ao campo da Biologia, sendo que os professores das demais áreas se eximem de quaisquer responsabilidades no que concerne à educação sexual. São visíveis os silêncios

quando situações consideradas sexualizadas ocorrem ou preconceitos se materializam em brincadeiras por outras expressões.

A sexualidade reprodutiva é evidente e outras formas de se viver a sexualidade, que não seja pelo binário, se constitui uma ameaça às instituições do casamento e da família – pilares da tradição cristã. A justificativa está fundamentada em Deus ter feito o homem e a mulher e para todas as espécies deixou o macho e a fêmea para procriarem e povoarem a terra. Para teólogos e alguns líderes religiosos, os homossexuais são possuídos pelo demônio, transgressores das leis morais da sexualidade cristã. Pelos estudos de Caetano (2005), a nossa educação ainda apresenta configurações políticas muito próximas ao período medieval, onde a Igreja Católica era tutora da educação e estabelecia o que deveria ser ministrado na escola, excluindo dela a visibilidade das diferenças.

Os discursos mais liberais de identidades sexuais aparecem, também, como uma ameaça aos valores até então construídos, ao mesmo tempo em que estão destruindo a juventude moderna por não terem parâmetros de identidade. Sustentam e fortalecem os papéis e funções do binário como sinônimo de gênero. Suporte ideológico que naturaliza e justifica as posições e a dinâmica das relações entre os sexos, além de acentuar as diferenças de papéis entre homens e mulheres e ratificar a heterossexualidade como conduta normal nas relações afetivo-sexuais entre os sujeitos. “o corpo se torna um objeto de atenção, o componente emocional, entre a natureza e a cultura, ocupando um papel sempre mais importante na experiência dos sujeitos e como objeto de estudo. (MELUCCI, 2005, p. 30).

Com essa predisposição coadunado com Bourdieu (1999, p. 33) quando se trata de “[...] um trabalho de construção prática que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero”. O corpo biológico aparece no cenário como força reguladora que delimita as identidades do corpo social.

Butler (2008) defende o corpo na dimensão biológica como algo imerso em uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre sexo, gênero e desejo, dentro de uma ordem que contempla os diferentes. Afirma que criança, desde o ventre da mãe, se for diagnosticado que tem um pênis, é um menino, o qual será condicionado a sentir atração por meninas. Corpos marcados pelas vulnerabilidades primárias do macho e da fêmea, um pensamento binário e linear, que pressupõe uma necessidade de ajuste à norma por parte daqueles que não se enquadram em tais estruturas. O modelo “normal” de comportamento exigido pela sociedade deixa invisível a percepção da sexualidade com uma multiplicidade de combinações.

Através dos estudos das identidades *queer*<sup>2</sup>, Butler defende que o gênero não é uma essência pronta vivenciada pelos sujeitos, mas um permanente fazer pela sua própria reiteração performativa, que poderia subverter ou não os padrões dualistas hegemônicos. “Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos femininos ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2008, p. 24). As representações binárias procuram constituir sujeitos homogeneizados nos espaços públicos e privados, sofrendo diferentes marcas na estrutura por transitar em condições culturais adversas, que permitem alicerçar a identidade sexual como fator biológico não estático, mas em construções permanentes. Dentro dessa conjuntura, a matriz heterossexual, na qual são pensadas as identidades de gênero e sexo, é excludente, criar e rejeita qualquer comportamento que desvirtue as marcas da relação homem-mulher, que são carregadas de estereótipos e preconceitos.

Os estudos de Louro (2000) revelam que a inscrição do gênero nos corpos é feita dentro do contexto da cultura. As possibilidades de sexualidades são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. “As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2000, p. 6). Elas envolvem rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, além de serem tênues fronteiras entre a intimidade e as formas de ser e atenderem aos ditames da sociedade de consumo.

Outro viés, são os estereótipos que indicam os modelos rígidos de comportamento sem considerar o que passa no seu contexto, determina categorias, cria a diversidade e simplifica o processo das relações entre os grupos, com justificativas sobre determinadas atitudes e comportamentos. No espaço escolar, os estereótipos associados ao direito à diferença são pensados pelo viés do binário. Equivale dizer que os direitos às diferenças existem somente entre homens e mulheres, não se aplica às demais categorias. Os discursos produzem as hierarquias discriminatórias e classificações rígidas dos sexos-gênero.

Segundo Fleuri (2002) é preciso primeiro compreender e enfrentar a questão da diferença na educação em sua dimensão estrutural e não, apenas, em suas manifestações. É preciso que a escola trabalhe, em primeiro lugar, com as diferenças que geram as desigualdades e o que põe em risco a construção de identidades. Para muitos professores, a educação sobre sexualidades se constitui num grande desafio por não conseguirem fazer essa

---

<sup>2</sup> A política *queer* refere-se a uma corrente de pensamento para a compreensão da diversidade de sexualidades e expressões culturais que tem na resistência um enquadramento indenitário.

desconstrução. Além dos limites formativos, estão implicados os valores pessoais e os familiares, que não podem deixar de serem percebidos.

Além dos elementos acima citados, é importante salientar a complexidade da educação através da memória que está presente no coletivo. Consoante Cavalcanti (2007), a memória coletiva é um referencial ao passado, que se justifica na aplicação de normas, de costumes, de homogeneizador - um referencial dialógico. Utilizando a mulher como referencial, a educação até o final do século XX era ministrada para que a mesma viesse a desempenhar bem o seu papel social de mulher, ou seja, a prenda do lar, a mãe de família, a boa esposa. Por isso as práticas educacionais de caráter religioso, esmeravam-se muito nas regras, punições e vigilância; modelava posturas marcadas para os sexos impregnadas de valores, conhecimentos e posturas corporais considerados aceitáveis para o homem e para a mulher.

Assim surge a escola. Com uma educação formal, funcionando calcada em torno de três binômios: a autoridade e a disciplina; o poder e o saber; o pecado e o prazer, com base nos conhecimentos pedagógicos. Seus espaços são instituídos de símbolos e códigos que delimita o que cada um pode ou não fazer. São “gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninas e meninos, tornam-se partes de seus corpos” (LOURO, 2010, p. 61). A escola, cumpri um papel fundamental nos processos de normatização dos sujeitos. Traz consigo a campanha da prevenção e da abordagem biológica dentro da pedagogia da sexualidade que disciplina corpos e mentes.

O psicólogo Charles Rosenberg<sup>3</sup> falando sobre educação sexual nas escolas, afirma que o maior problema enfrentado, hoje no Brasil, com os jovens é a falta de conscientização dos educadores (pais e escola) sobre sexualidades em meio educacional. Ele menciona os preconceitos terríveis encontrados por parte de muitos e atribui, ao fato, total desconhecimento sobre o assunto. No que se refere à homossexualidade, afirma ser um estado mental. Não há nenhuma doença ou desvio de comportamento ou perversão, como se pretendeu até a algum tempo atrás. O impulso sexual que um heterossexual tem por sua parceira é o mesmo que um homossexual tem por seu parceiro do mesmo sexo. O que muda é o objeto.

Mas, as escolas estão fortemente baseadas na disciplina de corpos e mentes, nos comportamentos e modos de pensar como mecanismos de controle e atuam sobre falas e silêncios, dos quais não dá conta discutir, uma vez que “o sexo é compreendido como uma

---

<sup>3</sup>ROJTENBERG Charles. Pós graduado em Sexologia (UGF1995); Mestre em Sexologia (UGF-2002); Diretor do Instituto Brasileiro de Sexologia.

dáviva, cedida na expectativa de uma aliança, que é a sua contrapartida.” (HEILBORN, 1999, p. 54). A homossexualidade gera nas escolas situações que colocam a educação sexual em discussões, pois distorce o comportamento das regras para o gênero e a ideia de que a heterossexualidade é a sexualidade natural, assumindo, com isso, a responsabilidade de desviar a norma.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que a escola deve ter capacidade de “informar, problematizar, e debater diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade” (PCNs, 1997, v. 10, p.05); que os professores realizem leituras, reflexões e discussões sobre a sexualidade e suas diferentes abordagens; que o objetivo da escola deve atender a possibilidade de contextualização de todos os tipos de valores, mostrando uma conduta respeitosa em relação a qualquer um deles. Entretanto, isso não significa concordância se levarmos em consideração os valores vindos externamente, entre eles à mídia que fornece mais informações e vende o sexo através da linguagem que utiliza, com os vindos de dentro dela, esses dois valores devem está em parceria (SAYÃO, 1997) na construção dos sujeitos.

É imprescindível observar que no ambiente escolar surgem os primeiros olhares entre os pares, suspiros, inquietações e “amasso”. Os jovens compartilham as primeiras experiências sexuais na porta das escolas quando trocam beijos, se tocam, acariciam, usam linguagens que traduzem afeto e desejo. Faltam aos educadores perceberem que a educação sexual não está somente direcionada a discutir sobre sexo, mas que nas mínimas expressões que podem ser observadas na escola, como por exemplo, o “amasso” leva os jovens, sejam eles homo ou hetero, a expressarem suas sexualidades, e que não necessariamente levam a se anular ou desrespeitar o outro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sexualidade nas escolas remete à discussão sobre a educação a partir do entendimento biológico do corpo e suas partes, associada às identidades sexuais que são construídas e acompanhadas das emoções, valores, prazeres e o exercício da liberdade presente em cada indivíduo e deste para com o “outro”. É uma discussão complexa porque envolve vários atores no mesmo cenário, com realidades e personalidades diferentes, onde o “eu” e o “outro” se estruturam a partir de valores, normas e crenças e das clivagens sociais que fabricam os sujeitos. Por isso, o “outro” é estranho, inferior, pervertido, contagioso. Nesse contexto, esse pode ser o homossexual, o negro, o pobre, o deficiente ou a mulher.

A escola constitui-se num espaço de interação que não são controlados pelo indivíduo, mas produzidos por relações sociais, os quais os próprios indivíduos se locomovem orientados por valores e intenções. Hoje a educação precisa capacitar e formar profissionais para o acompanhamento do trabalho educativo de inclusão, com metodologias inovadas que ajudem aos educadores a lidar com os limites e dificuldades diante dos preconceitos de gênero, étnico, sexual. As capacitações com uso de estratégias e materiais didáticos que garantam a atuação e ações permanentes e continuadas do trabalho pedagógico, desde as séries iniciais (educação infantil) até o último ano do ensino médio, com linguagens adequadas aos diferentes contextos escolares.

A escola é o principal ponto de encontro, socialização entre as crianças e jovens, e para muitos de ansiado reconhecimento e afeto pelo professor e pelos colegas. Nesse espaço os estudantes vão aprender sobre relações sociais, que podem ou não ser baseadas em preconceitos e discriminações. Todavia, vem deixando de lado o desenvolvimento de capacidades por um “sentir pensante” crítico, que colabore no fazer escolhas; combine o reconhecimento de vulnerabilidades e a importância de proteção amiga, não castradora, considerando-se que o exercício de autonomia requer tanto ambiências protegidas de vulnerabilidades sociais como que oportunizem a liberdade e a capacidade de se fazer escolhas.

Pensar o papel da educação e a função do espaço escolar na construção e desconstruções de culturas é questionar como no senso comum a sexualidade é codificada e vivenciada. Códigos são passados para/pela educação e através da formação de professores, dos conteúdos pré-estabelecidos de forma linear e dos materiais didático-pedagógicos selecionados para cada série específica. Esses padronizam linguagens que justificam as desigualdades entre os sexos ou marginalizam o que é considerado “diferente”. Valendo-se do silêncio, as escolas alimentam o preconceito, a discriminação e a violência física e simbólica quando não denuncia ou capacita os seus profissionais para o combate de práticas do preconceito, nem os capacitam para discussões, críticas sobre tradições.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, masculinidade e poder**: revendo um caso do sul de Portugal. In: Anuário Antropológico-95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual – temas transversais. Brasília, v. 10, 1997.

BUTLER, Judith. **El gênero em disputa.** El feminismo y lasubversión de la identidad. Traducción Ma. Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **Os gestos do silêncio para esconder as diferenças.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, 2005.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO, Brasil, 2004.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Educação, História e Religião:** Ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. Revista Aulas (UNICAMP), v. 4/5, p. 1-28, 2007.

COSTA, Marisa Vorraber; HESSEL, Rosa; SOMMER, Luís. Estudos culturais, educação e pedagogia. In: BARROS, Suzana da Conceição de. RIBEIRO, Paula Regina Costa. **As questões de gênero nas escolas:** discursos das equipes pedagógica e diretiva. Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.

FLEURI, R. M.. **A questão da diferença na educação:** para além da diversidade. In: Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd).25, 2002, Caxambu. CD-ROM

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** o uso dos prazeres. V.2 Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **Vigilância, punição e depredação escolar.** Campinas: Papyrus, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: JZE, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico.** Espaço do Currículo, v.2, n.2, pp.208-230, Setembro de 2009 a Março de 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade.** Educação e Realidade, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez., 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Segredos e mentiras do currículo:** sexualidade e gênero nas práticas escolares. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2 ed., 3ª reimpressão - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MELUCCI, Alerto. **Busca de qualidade, ação social e cultura:** Por uma Sociologia reflexiva. Petrópolis; Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Júlio. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo:

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidades:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.) **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.